


ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO – SAMAS/OS
www.museuartsacra.org.br

C.N.P.J.: 67.848.994/0001-71


Demonstrações Contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Relatório dos auditores independentes aos Conselheiros e Administradores da Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase sobre as demonstrações contábeis - Contrato de gestão:** Sem ressaltar à nossa opinião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.a, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação são promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, sendo essas atividades medidas por metas e indicadores de desempenho atreladas ao Contrato de Gestão. A Associação depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes acordadas com a Secretaria da Cultura para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de Fevereiro de 2018.

Rafael Dominguez Barros - Contador - CRC 1SP208108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1



Ativo circulante	ATIVO		
	Notas	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	315.735	251.612
Recursos vinculados	5	2.489.606	2.294.905
Outros créditos		42.784	52.538
Total do ativo circulante		2.848.125	2.599.055
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	808.505	993.295
Total do ativo não circulante		808.505	993.295
Total do ativo		3.656.630	3.592.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo circulante	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Notas	2017	2016
Fornecedores		42.013	41.841
Outras contas a pagar		106.052	113.976
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	598.599	597.574
Projetos vinculados a executar	8	1.725.247	1.530.762
Total do passivo circulante		2.471.911	2.284.153
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	9	58.412	56.554
Obrigações com o estado - imobilizado	10	808.505	993.295
Total do passivo não circulante		866.917	1.049.849
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio Social		258.348	(22.147)
Superávit (déficit) do exercício		59.454	280.495
Total do passivo e patrimônio líquido		3.656.630	3.592.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Receitas operacionais	Notas	2017	2016
Com restrição - atividades culturais			
Contrato de gestão			
Créditos de órgão público		7.846.533	6.894.896
Captação de recursos		38.967	237.458
Outros créditos/ despesas recuperadas		141.720	121.193
Receitas financeiras		201.183	363.746
Total das receitas com restrição		8.228.403	7.617.293
Patrocínio, leis de incentivo e etc.			
Pronac		5.883	-
Total das receitas sem restrição		5.883	-
Total das receitas operacionais		8.222.519	7.617.293
Sem restrição			
Corso		436.879	498.225
Doações		-	30.005
Outros créditos/ despesas recuperadas		285	33.427
Gratuidades - serviços voluntários		6.798	9.874
Receitas financeiras		24.602	15.307
Total das receitas com restrição		468.564	586.839
Total das receitas operacionais	12	8.691.084	8.204.131
Custos e despesas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Despesa de pessoal	13	(3.638.103)	(3.590.139)
Prestadores de serviços	14	(2.029.902)	(1.762.456)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.225.687)	(1.283.817)
Programa de exposições e programação Cultural	16	(1.135.379)	(812.204)
Depreciação e amortização	6	(167.671)	(168.677)
Baixa de imobilizado		(21.016)	-
Total das despesas com restrição		(8.217.758)	(7.617.293)
Sem restrição			
Prestação de serviços		(272.706)	(128.698)
Despesas administrativas		(81.161)	(93.135)
Programa de exposições e programação cultural		(41.124)	(10.470)
Despesas com desenvolvimento de outras entidades	17	-	(60.000)
Despesas Financeiras		(7.322)	(4.166)
Gratuidades - serviços voluntários		(11.559)	(9.874)
Total das despesas sem restrição		(413.871)	(306.343)
Total das despesas operacionais		(8.631.630)	(7.923.636)
Superávit (déficit) do exercício		59.454	280.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Patrimônio Social	(Déficit) / Superávit do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(22.147)	(22.147)
Déficit do exercício	-	280.495	280.495
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	258.348	258.348
Incorporação do déficit do exercício anterior	258.348	(258.348)	-
Superávit do exercício	-	59.454	59.454
Saldo em 31 de dezembro de 2017	258.348	59.454	317.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	59.454	280.495
Ajustes por		
Depreciação e amortização	167.671	168.677
Provisão para contingências	1.857	(10.000)
Baixas de ativo imobilizado	21.016	-
Varição nos ativos e passivos (Aumento)/ redução nos ativos em (Aumento) / redução nos passivos em		
Outros créditos	9.754	(10.327)
Aumento/ (redução) nos passivos em		
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.025	28.532
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.753)	9.898
Projetos vinculados a executar	9.696	297.648
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	262.721	764.923
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.987)	(213.112)
Recursos vinculados	(194.701)	(321.420)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(198.598)	(534.532)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado e (consumido) pelas atividades de financiamento		
Aumento e (redução) de caixa e equivalentes de caixa	64.123	230.391
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	251.612	21.221
No final do exercício	315.735	251.612
(Redução) e aumento em caixa e equivalentes de caixa	64.123	230.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais). **1. Contexto operacional:** A Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo - SAMAS ("Associação") foi fundada em 18 de maio de 1992, sob o CNPJ 67.848.994/0001-71, cuja sede social está localizada na Avenida Tiradentes, 676 - São Paulo - SP. A Associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que tem objetivos de natureza cultural que se constituem na colaboração técnica, operacional e financeira, visando a preservação, conservação e difusão do acervo e das atividades do Museu de Arte Sacra de São Paulo. Em 7 de maio de 2007, a Associação foi qualificada como Organização Social da área da Cultura pelo Governo do Estado de São Paulo (Secretaria da Cultura), manifesto publicado no Diário Oficial em 8 de maio de 2007. A Associação é um órgão vinculado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Considerada uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. **2. Apresentação das demonstrações contábeis / 2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis - Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 07 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. Os presentes demonstrativos contábeis foram aprovados pela Diretoria Executiva em 05 de fevereiro de 2018. Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo, por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **b) Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma: - **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 (R1); - **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é

Continua...



ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO – SAMAS/OS

www.museuartesacra.org.br

C.N.P.J.: 67.848.994/0001-71



... Continuação

registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor; - **Rendimento de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante. **c) Imobilizado:** - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando necessário. - **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: - Móveis e utensílios: 10 anos; - Máquinas e equipamentos: 10 anos; - Software: 5 anos; - Equipamentos de informática e comunicação: 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **e) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Administração da Associação não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Gerenciamento de risco:** A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: - Risco de liquidez; - Risco de crédito; - Risco de mercado. A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 18. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: - **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; - **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2017, não haviam contingências com avaliação de risco "perda possível". **j) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	44	65
Aplicações financeiras	315.691	251.547
Total	315.735	251.612

Os saldos são representados, basicamente, pelos recursos oriundos dos cursos ministrados pela SAMAS.

O saldo em caixa é representado, principalmente, por entradas de transferências de recursos bancários e saídas por pagamentos de pequenas despesas e corresponde ao saldo do último dia do ano. Os saldos de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 76% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2017. Os recursos vinculados a projetos de contrato de gestão e leis de incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Administração da Associação provenientes de repasses do Contrato de Gestão e receitas de bilheteria, loja e contribuição, que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos vinculados com pessoal e fornecedores de materiais e serviços. Também esta incluída a aplicação corresponde aos 6% retidos dos recursos repassados, a título de fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação. Essa aplicação somente poderá ser utilizada na hipótese de atraso, por parte da Secretaria do Estado e da Cultura, no repasse dos recursos, e sendo condicionada à liberação após aprovação do próprio Conselho de Administração da Associação. **6. Imobilizado.** **a) Os detalhes do ativo imobilizado da Associação estão demonstrados nas tabelas a seguir:**

Descrição	% – Taxas de depreciação/amortização	Custo	2017		2016
			Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contrato de gestão					
Móveis e utensílios	10%	407.357	(164.490)	242.867	282.035
Equipamentos de dados	20%	215.051	(132.769)	82.282	113.964
Equipamentos segurança	10%	0	(0)	0	9.748
Máquinas e equipamentos	10%	174.083	(91.694)	82.289	118.634
Direito de uso de software	20%	183.251	(68.684)	114.567	152.514
Obras e esculturas	0%	81.400	-	81.400	81.400
Contêineres habitáveis	10%	300.000	(95.000)	205.000	235.000
Total		1.361.142	(552.637)	808.505	993.295

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. As adições ocorridas durante o exercício de 2017 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao Contrato de Gestão. A Administração da Associação, em atendimento ao contrato de gestão, comunica à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que foram realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimonializado pela Secretaria de Estado da Cultura no prazo de 30 dias após sua ocorrência. **b) Movimentações do ativo imobilizado:**

	Imobilizado Contrato de Gestão		
	Custo	Depreciação	Residual
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.583.423	(590.128)	993.295
Adições	3.897	(167.671)	(163.774)
Baixas	(226.178)	205.162	(21.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.361.142	(552.637)	808.505

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Descrição	2017	2016
Provisão de férias	386.109	403.743
Salários a pagar	125.846	117.276
Rescisão a pagar	-	987
Autônomo	3.401	1.194
Outras Obrigações a pagar	30	-
INSS a recolher	61.434	53.269
FGTS a recolher	19.283	18.747
PIS a recolher	2.496	2.358
Total	598.599	597.574

8. Projetos vinculados a executar: A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Descrição	C. de Gestão nº 07/2013 (a)	Pronac nº 170768 (b)	Pronac nº 158572 (c)	Pronac nº 151407 (d)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.263.138	-	14.411	-	1.277.549
(+) Adições					
Repasses recebidos	7.122.420	-	1.800	100.000	7.224.220
Recursos de aplicações financeiras (i)	363.746	-	1.411	140	365.297
Outras Receitas Financeiras (i)	2.213	-	-	-	2.213
Captação de recursos (ii)	346.564	-	-	-	346.564

(-) Gastos realizados	9.098.081	-	17.622	100.140	9.215.843
Transferência para imobilizado	(44.435)	-	-	-	(44.435)
Consumo (i)	(33.227)	-	-	-	(33.227)
Receitas de aplicações financeiras (ii)	(363.746)	-	-	-	(363.746)
Outras Receitas Financeiras	(2.213)	-	-	-	(2.213)
Captação de recursos (iii)	(346.564)	-	-	-	(346.564)
Reconhecimento de receita	(6.894.896)	-	-	-	(6.894.896)
	(7.685.081)	-	-	-	(7.685.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.413.000	-	17.622	100.140	1.530.762
(+) Adições					
Repasses recebidos	7.955.358	-	-	-	7.955.358
Recursos de aplicações financeiras (i)	193.474	-	1.233	6.476	201.183
Outras Receitas Financeiras (i)	71	-	-	-	71
Captação de recursos (ii)	177.225	-	-	-	177.225
	9.739.127	-	18.855	106.616	9.864.599
(-) Gastos realizados					
Transferência para imobilizado	-	-	-	-	-
Consumo (i)	184.790	-	(222)	(106.616)	77.952
Receitas de aplicações financeiras (ii)	(193.474)	-	-	-	(193.474)
Outras Receitas Financeiras	(71)	-	-	-	(71)
Captação de recursos (iii)	(177.226)	-	-	-	(177.226)
Reconhecimento de receita	(7.846.532)	-	-	-	(7.846.532)
	(8.032.512)	-	(222)	(106.616)	(8.139.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.706.615	-	18.633	-	1.725.247

Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social; (i) referem-se ao rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos contratos de gestão que são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar; (ii) referem-se aos montantes captados como contrapartida do contrato de gestão para a realização dos eventos ao longo do exercício. **a) Contrato de gestão – nº 0077/2013** - Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos: (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias; (ii) receitas advindas da utilização de seus espaços físicos; (iii) doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros. Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios trimestrais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, aguardando a formalização conclusiva da sua análise, assim como será enviado no mês de fevereiro de 2018 o relatório das atividades do 4º trimestre e o relatório anual. Em dezembro de 2017 foi realizado um aditamento no valor de R\$ 832.938 para realização de uma reestruturação e readequação elétrica no Museu. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação recebe do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 44.079.345 que será recebida da seguinte forma:

Exercícios	Valor do repasse
Contrato 007/13	
2014 (*)	8.558.000
2015	7.913.800
2016	7.122.420
2017	7.955.358
30/11/2018	12.529.767
Total	44.079.345

(*) Inclui saldo remanescente no montante de R\$ 173.583,00 do Contrato de Gestão 42/2010 ao qual foi transferido para o novo Contrato de Gestão e abatido da primeira parcela do repasse. **b) Lei Rouanet – PRONAC nº 170768 – Exposição Fé, Engenho e Arte Três Franciscos - Mestres do Barroco no Brasil:**

Os recursos a serem captados para este projeto preveem a realização de uma grande exposição de arte sacra brasileira intitulada FÉ, ENGENHO E ARTE - Três Franciscos - Mestres do Barroco no Brasil, a qual reunirá, pela primeira vez na Itália, peças de Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho), Francisco Xavier de Brito e Francisco Vieira Servas, permitindo a valorização da cultura nacional, considerando suas várias matrizes, bem como, promovendo a difusão das expressões culturais brasileiras no exterior. O projeto foi aprovado no montante de R\$ 4.495.768,44 a serem captados até 31/12/2018. **c) Lei Rouanet – PRONAC nº 158572 – Plano Anual de Atividades:** Os recursos provenientes do Projeto nº 158572 correspondem ao Plano Anual 2016 da SAMAS - Associação Museu Arte Sacra de São Paulo com as seguintes atividades: realização de exposições temporárias; exposição itinerante; preservação dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, por meio de ações de conservação preventiva; expansão das ações e estratégias educativas para mediação do acervo; utilização do espaço cedido pela Companhia Metropolitana de São Paulo – Metrô - sala de exposição para parte do acervo do Museu de Arte Sacra. O Projeto foi aprovado no montante de R\$ 1.916.290, sendo captado até 31/12/2016 o montante de R\$ 16.200. **d) Lei Rouanet – PRONAC nº 151407 – Livro de Arte “INSTITUTO JORGE e ODALÉA BRANDO BARBOSA”:** Os recursos provenientes do Projeto nº 151407 correspondem a Publicação de um livro de arte do Instituto Jorge e Odaléa Brando Barbosa, constituído por inestimável acervo de arte com cerca de 6 mil peças que integram sua coleção, proveniente do Termo de Cooperação entre a Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS com o Instituto Jorge e Odaléa Brando Barbosa, assinado em 14/07/2015, que visa conjugar esforços para apoiar, promover e desenvolver a cultura, a arte e a educação, visando a preservação, a conservação, o estudo e a difusão do patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro. O Projeto foi aprovado no montante de R\$ 434.610, sendo captado até 31/12/2016 o montante de R\$ 100.000. O Projeto foi encerrado em 2017, por dificuldades na captação de recursos e alocação de equipes na elaboração e execução do livro e o valor captado recolhido para o Fundo Nacional da Cultura. **9. Provisão para contingências:** A Associação está suscetível a ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa essas demandas judiciais pendentes e, quanto às ações com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, pode constituir provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. Segundo a avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Associação, as contingências relacionadas com processos administrativos e judiciais na esfera trabalhista estão resumidas e classificadas pelo critério de probabilidade de perda, conforme segue: **a) Composição**

Contingência	Depósito judicial	2017 – Probabilidade de perda			Total
		Provável	Possível	Remota	
Trabalhista	-	58.411	-	-	58.411
Total	-	58.411	-	-	58.411

Contingência	Depósito judicial	2016 – Probabilidade de perda			Total
		Provável	Possível	Remota	
Trabalhista	-	56.554	-	-	56.554
Total	-	56.554	-	-	56.554

b) Movimentação da provisão para contingências

Descrição	2016	Adição	Baixas	2017
Trabalhista	56.554	1.857	-	58.411
Total	56.554	1.857	-	58.411

10. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado): A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento

obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. **11. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/ superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98. **12. Receitas operacionais**

Descrição	2017	2016
Provenientes do poder público (nota explicativa nº 8.a)	7.846.532	6.894.896
Lei de incentivo (nota explicativa nº 8.b e c)	(5.883)	-
Aplicações financeiras	225.786	379.053
Taxas de inscrições (i)	436.879	498.225
Bilheterias (ii)	37.769	46.062
Doações (iii)	-	213.526
Outras receitas (iv)	150.001	172.369
Total	8.691.084	8.204.131

(i) Representada pelas taxas de inscrições em cursos de extensão ministrados pela SAMAS (ii) Receitas provenientes da cobrança de ingresso para entrada no Museu (iii) Doações recebidas de diversas fontes durante o ano; (iv) Representada substancialmente por vendas de produtos da loja.

Continua...



ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO – SAMAS/OS

www.museuartesacra.org.br

C.N.P.J.: 67.848.994/0001-71



Secretaria da Cultura

... Continuação

13. Despesa de pessoal:

Contrato de Gestão	2017	2016
Salários	(1.860.113)	(1.795.141)
13º salário	(222.987)	(215.071)
Encargos sociais	(674.055)	(638.777)
Provisão de férias	(286.767)	(315.690)
Bolsa-auxílio	-	-
Vale-transportes	(33.924)	(36.098)
Rescisões	(17.797)	(21.052)
Vale Alimentação e Refeição	(310.778)	(175.948)
Outras despesas	(231.682)	(392.362)
Total	(3.638.103)	(3.590.139)

14. Despesas com prestação de serviços

Contrato de Gestão	2017	2016
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.038.505)	(1.002.313)
Serviços contábeis	(119.484)	(103.240)
Serviços de segurança	(871.913)	(656.903)
Total	(2.029.902)	(1.762.456)

15. Despesas gerais e administrativas

Contrato de gestão	2017	2016
Materiais de consumo e outros	(115.833)	(132.393)
Locações	(532.160)	(558.365)
Serviços de água e esgoto	(96.092)	(101.115)
Energia elétrica	(122.675)	(121.946)
Telefonia	(37.783)	(50.148)
Outros	(321.144)	(319.850)
Total	(1.225.687)	(1.283.817)

16. Programa de exposições e programação cultural

Contrato de gestão	2017	2016
Programa de edificação: conservação, manutenção e segurança	(761.422)	(507.953)
Programa de acervo: conservação, documentação e pesquisa	(35.048)	(8.304)
Programa de exposição e programações culturais	(108.566)	(124.839)
Programa de serviço educativo e projetos especiais	(25.673)	(16.471)
Programa de ações de apoio ao SISEM-SP	(2.375)	(2.558)
Despesas com a loja, bilheteria e contrib	(130.560)	(85.216)
Programa de comunicação	(71.735)	(66.863)
Total	(1.135.379)	(812.204)

(a) Programa de exposição e programações culturais: Ao longo do exercício de 2017, a manutenção de profissionais cuja experiência contribui ainda mais com o trabalho da equipe do Museu e os esforços voltados em levar a cultura ao público através de exposições resultou na realização de 10 novas exposições, em ambos os espaços do Museu, além daquela, de longa duração do acervo, e a presença de 54.643 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três) visitantes. **(b) Programa de ações de apoio ao SISEM-SP:** A parceria com o Sistema Estadual de Museus (SISEM) corresponde a realização de 01 (uma) exposição itinerante, e a realização de 01 (uma) ação de capacitação nas Regiões do Interior e da Grande São Paulo. O Museu realizou ao longo do ano, estágios técnicos com funcionários de diversos Museus do Estado, os participantes interagiram com as rotinas do Museu, desde a conservação e higienização das peças, até a inauguração de exposições. **17. Despesas com desenvolvimento de outras entidades:** Em 14 de julho de 2015 foi assinado Termo de Cooperação entre a Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS e o Instituto Jorge e Odalea Brando Barbosa – IBB, que tem como finalidade a cooperação para a gestão das atividades institucionais e para o desenvolvimento, gerenciamento e implantação de projetos educacionais e culturais, bem como para a gestão administrativa e financeira do IBB. Em 22 de maio de 2017 foi assinado Termo de Cooperação entre a Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo – SAMAS e o Instituto Cultural Arte Sacra - ICAS, que tem como finalidade a o desenvolvimento, gerenciamento e implantação cursos educacionais e culturais, voltados as diversas áreas, complementando a já existente grade de cursos da SAMAS, aumentando

o público participante e atraindo novos parceiros para atividade ligadas ao Museu e a sua estrutura. **18. Partes relacionadas:** A Associação possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria da Cultura, nas quais são recebidos montantes para custear as atividades da Associação, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcela significativa dos ativos e das receitas da Associação estão relacionadas ao Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura. **Remuneração de administradores:** Os administradores da Associação são remunerados através de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica "despesas de pessoal", no resultado do exercício (R\$ 409.925 em 2017 e R\$ 443.579 em 2016). Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros. A Administração da Associação não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração. **19. Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Associação incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Associação. **20. Gestão de riscos - Considerações gerais e políticas:** A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. **Risco de liquidez:** É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e aplicação financeiras mantidas em instituições financeiras. **Risco de mercado:** A Associação está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. **21. Cobertura de seguros (não auditado):** A Administração da Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada: - danos materiais: R\$ 4.500.000; - responsabilidade civil geral: R\$ 1.000.000. **22. Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016: - Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); - Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

José Oswaldo de Paula Santos – Presidente do Conselho de Administração
Jussara Delphino - Conselheira Fiscal
José João da Silva - Conselheiro Fiscal
José Emídio Teixeira - Conselheiro Fiscal
José Carlos Reis Marçal de Barros – Diretor Executivo
Luiz Henrique Marcon Neves – Diretor de Planejamento e Gestão
Rogério Gerlach Paganatto – Contador - CRC-1SP 131987/O-3
Quality Associados Serviços Empresariais S/S Ltda.



Relatório de Atividades 4º Trimestre / Anual 2017

QUADRO DE METAS TÉCNICAS: MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE ACERVO: CONSERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA – 2017

Ações		Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado
01	Realizar registro fotográfico das peças de acervo	Número de registros fotográficos do acervo inseridos no Banco de Dados do Acervo da SEC	1º Trim.	105	167
			2º Trim.	105	151
			3º Trim.	105	289
			4º Trim.	105	553
			ANUAL	420	1160
			ICM %	100%	276%
			02	Realizar pesquisa de origem e histórico do acervo	Número de atualizações de dados catalográficos no Banco de Dados da SEC
2º Trim.	30	162			
3º Trim.	30	292			
4º Trim.	30	606			
ANUAL	120	1228			
ICM %	100%	1023%			
03	Adquirir livros que complementem a bibliografia de História da Arte disponível para pesquisa na biblioteca do Museu	Número de livros adquiridos	1º Trim.	10	10
			2º Trim.	10	10
			3º Trim.	10	10
			4º Trim.	10	10
			ANUAL	40	40
ICM %	100%	100%			

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL – 2017

Ações		Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado
04	Realizar exposições temporárias a partir da política de exposições do museu com obras do Museu e de terceiros	Número de exposições temporárias temáticas realizadas	1º Trim.	1	1
			2º Trim.	-	3
			3º Trim.	-	3
			4º Trim.	1	3
			ANUAL	2	10
			ICM %	100%	500%
05	Realizar exposições virtuais de acervo e temáticas	Número de exposições virtuais realizadas	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	-	-
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	2	2
ICM %	100%	100%			
06	Realizar eventos periódicos: - Tardes Musicais, aos sábados	Número de eventos realizados	1º Trim.	3	3
			2º Trim.	3	3
			3º Trim.	3	3
			4º Trim.	3	3
			ANUAL	12	12
ICM %	100%	100%			
07	Receber visitantes nas dependências do Museu	Número de visitantes recebidos	1º Trim.	6.800	10.968
			2º Trim.	12.800	13.924
			3º Trim.	12.000	14.411
			4º Trim.	8.400	15.340
			ANUAL	40.000	54.643
ICM %	100%	137%			
08	Realizar programas temáticos: Aniversário da cidade; Semana de Museus; Virada Cultural; Primavera de Museus; Mês da Consciência Negra; Férias no Museu (08 dias (jan/jul)).	Número de programas temáticos realizados	1º Trim.	2	2
			2º Trim.	2	2
			3º Trim.	1	2
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	6	7
ICM %	100%	117%			
09	Elaborar relatório com consolidação das informações coletadas no totem eletrônico contendo análise e indicação das ações de aprimoramento da gestão e do atendimento	Relatório entregue	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	-	-
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	2	2
ICM %	100%	100%			
10	Acompanhamento e conservação das obras em exibição no espaço expositivo de longa duração	Relatório descritivo das ações	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	-	-
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	2	2
ICM %	100%	100%			
11	Realizar pesquisa de satisfação de público geral a partir de totem eletrônico e apresentar relatório conforme orientações da SEC	Nº de relatórios entregues	1º Trim.	1	1
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	1	1
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	4	4
ICM %	100%	100%			
12	Monitorar índices de satisfação do público geral de acordo com os dados obtidos a partir do totem eletrônico	Índice de satisfação (= ou > 80%) Número de exposições temporárias temáticas realizadas	1º Trim.	= > 80%	98%
			2º Trim.	= > 80%	98%
			3º Trim.	= > 80%	99%
			4º Trim.	= > 80%	99%
			ANUAL	= > 80%	= > 80%
			ICM %	100%	100%

PROGRAMA EDUCATIVO – 2017

Ações		Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado
13	Realizar visitas mediadas para estudantes de escolas públicas e privadas (ensino infantil, fundamental, médio, técnico e universitário)	Número de estudantes de escolas públicas e privadas atendidos em visitas mediadas	1º Trim	660	725
			2º Trim	2.376	3.026
			3º Trim	2.112	1.812
			4º Trim	1.452	2.324
			ANUAL	6.600	7.887
			ICM %	100%	120%
			14	Realizar visitas mediadas a público espontâneo	Número de pessoas atendidas em visitas mediadas
2º Trim	1.650	2.714			
3º Trim	1.650	2.750			
4º Trim	1.250	3.262			
ANUAL	6.500	10.900			
ICM %	100%	168%			
15	Realizar cursos de capacitação para professores, educadores e profissionais de turismo	Número de cursos realizados	1º Trim	2	2
			2º Trim	3	3
			3º Trim	3	3
			4º Trim	2	2
			ANUAL	10	10
ICM %	100%	100%			
16	Realizar cursos de capacitação para professores, educadores e profissionais de turismo	Número de professores, educadores e profissionais de turismo capacitados	1º Trim	30	63
			2º Trim	45	46
			3º Trim	45	92
			4º Trim	30	70
			ANUAL	150	271
ICM %	100%	181%			
17	Realizar pesquisa de perfil e satisfação de público escolar e apresentar relatório das pesquisas realizadas, conforme orientações da SEC	Número de relatórios entregues	1º Trim	-	-
			2º Trim	1	1
			3º Trim	-	-
			4º Trim	1	1
			ANUAL	2	2
ICM %	100%	100%			
18	Monitorar Índices de satisfação do público escolar de acordo com pesquisa Modelo SEC	Índice de satisfação (= ou > 80%)	1º Trim	-	-
			2º Trim	= > 80%	98
			3º Trim	-	-
			4º Trim	= > 80%	98
			ANUAL	= > 80%	= > 80%
ICM %	100%	100%			
19	Realizar visitas integradas para professores em parceria com museus e instituições culturais.	Número de visitas realizadas	1º Trim	1	1
			2º Trim	1	0
			3º Trim	1	3
			4º Trim	1	1
			ANUAL	4	5
ICM %	100%	125%			
20	Pesquisa qualitativa sobre o conteúdo e expografia das exposições temporárias	Número de questionários aplicados	1º Trim	-	-
			2º Trim	-	-
			3º Trim	-	109
			4º Trim	80	109
			ANUAL	80	109
ICM %	100%	136%			
21	Compilar dados de atendimento a visitantes de projetos especiais	Número de relatórios de atendimento	1º Trim	1	1
			2º Trim	1	1
			3º Trim	1	1
			4º Trim	1	1
			ANUAL	4	4
ICM %	100%	100%			
22	Realizar programa Interessante e Interativo (Férias no Museu e datas comemorativas e feriados)	Número de atividades realizadas	1º Trim	2	2
			2º Trim	2	3
			3º Trim	3	4
			4º Trim	3	5
			ANUAL	10	14
ICM %	100%	140%			

PROGRAMA DE APOIO AO SISEM – 2017

Ações		Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado
23	Realizar ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) em museus e espaços expositivos do litoral, interior e da RMSP	Número de ações realizadas	1º Trim	-	-
			2º Trim	-	-
			3º Trim	1	1
			4º Trim	-	0
			ANUAL	1	1
			ICM %	100%	100%

Continua...



ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO – SAMAS/OS

www.museuartsacra.org.br

C.N.P.J.: 67.848.994/0001-71



Secretaria da Cultura

... Continuação

PROGRAMA DE APOIO AO SISEM – 2017					
Ações	Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado	
24	Realizar exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do litoral, interior e da RMSB	Número de exposições itinerantes realizadas	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	-	-
			3º Trim.	1	0
			4º Trim.	-	1
			ANUAL	1	1
			ICM %	100%	100%

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA – 2017					
Ações	Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado	
25	Criar e produzir catálogos impressos das exposições programadas	Número de catálogos impressos criados e produzidos	1º Trim.	-	1
			2º Trim.	-	2
			3º Trim.	-	2
			4º Trim.	1	2
			ANUAL	1	7
			ICM %	100%	700%

26	Transcrever conteúdo de 04 páginas de programação cultural do site do Museu para inglês e espanhol	número de páginas de programação cultural transcritas para inglês e espanhol	1º Trim.	1	1
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	1	1
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	4	4
			ICM %	100%	100%

27	Desenvolver peças digitais do Museu em canais de comunicação virtual ou impressa para divulgação, com prévia aprovação pela SEC.	Número de campanhas realizadas.	1º Trim.	5	6
			2º Trim.	5	8
			3º Trim.	5	8
			4º Trim.	5	10
			ANUAL	20	32
			ICM %	100%	160%

28	Manter contas e fanpages do Museu nas mídias sociais para ampliar a visibilidade do museu e o relacionamento com o público (Facebook, Twitter, Instagram, etc)	Número absoluto de fãs e seguidores nas redes sociais	1º Trim.	5.750	69.028
			2º Trim.	5.750	121.028
			3º Trim.	4.250	14.385
			4º Trim.	4.250	14.878
			ANUAL	20.000	219.319
			ICM %	100%	1097%

29	Desenvolver e publicar nas mídias sociais atualizações/jogos/quizzes sobre o acervo/temática do museu que estimule a divulgação do acervo/patrimônio	Número de atualizações/jogos/quizzes publicados	1º Trim.	4	4
			2º Trim.	4	5
			3º Trim.	4	4
			4º Trim.	4	4
			ANUAL	16	17
			ICM %	100%	106%

30	Criar revista bilingue institucional para divulgação do Museu	Número de Revistas criadas e produzidas	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	-	-
			3º Trim.	1	1
			4º Trim.	-	-
			ANUAL	1	1
			ICM %	100%	100%

31	Gerenciar e manter canais de comunicação com o público (website, redes sociais)	Número de canais gerenciados	1º Trim.	4	4
			2º Trim.	4	4
			3º Trim.	4	4

		4º Trim.	4	4
		ANUAL	4	4
		ICM %	100%	100%

QUADRO DE METAS ADMINISTRATIVAS: MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO – 2017					
Ações	Indicador de Resultado	Período	Meta	Realizado	
32	Captar recursos por meio de geração de receita de bilheteria, cessão remunerada de uso de espaços e contratos de restaurante, café, loja, livraria, estacionamento.	Recurso captado = 2% do contrato de gestão	ANUAL	142.448	169.305
			ICM %	100%	119%
33	Manter projetos aprovados ou prorrogados para captação por meio das leis de incentivo à cultura (Rouanet / PROAC / municipal)	Número de projetos submetidos	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	-	-
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	2	2
			ICM %	100%	100%
34	Informar ações realizadas do Plano de Marketing e Mobilização de Recursos durante o exercício	Relatório das ações	1º Trim.	-	-
			2º Trim.	1	1
			3º Trim.	-	-
			4º Trim.	1	1
			ANUAL	2	2
			ICM %	100%	100%
35	Captar recursos por meio de projetos incentivados (Rouanet, PROAC, Mendonça), editais de fomento (FAPESP, FINEP, CNPq, etc.) e doações	Recurso captado = 3% do contrato de gestão	ANUAL	213.672	4.761
			ICM %	100%	2%

Não houve realização de nenhuma meta condicionada.
O Parecer da Auditoria, o Balanço e Demonstrações Contábeis e o Relatório de Atividades de 2017 foram aprovados na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24/02/2018.

O Museu de Arte Sacra de São Paulo e a Sala Metrô Tiradentes, ficam abertos de Terça à Domingo das 09h00 às 17h00, com entrada gratuita aos sábados no Museu. Visite nosso site WWW.MUSEUARTESACRA.ORG.BR – Av. Tiradentes, nº 676, Bairro da Luz, em frente a Estação Tiradentes do Metrô. Tel.: 3326-5393 / 5393 / 1373. Estacionamento gratuito pela rua Jorge Miranda, nº 43.

José Carlos Reis Marçal de Barros – Diretor Executivo
Luiz Henrique Marcon Neves – Diretor de Planejamento e Gestão



Revisão - Ricardo Nogueira do Nascimento – Coordenador Administrativo Financeiro
Montagem, Edição e Formatação – Piter Torres de Souza – Supervisor Administrativo

TCE Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.277.411/0001-48 – NIRE 35.300.506.740

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2017

1. Data, Hora e Local. Aos 20/12/2017, às 09:00 horas, na sede da TCE Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, 287, 1º andar, sala 10, Bela Vista, São Paulo-SP, ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, em vista da presença de todas as acionistas da Companhia, conforme atesta as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa.** Presidente: Paulo Roberto de Souza Secretário: Julio Alvarez Boada. **4. Ordem do Dia e Deliberações.** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, os acionistas aprovaram: (i) a inclusão da atividade de locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, no objeto social da Companhia, e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente data, já refletindo no texto a inclusão de atividade no objeto social ora aprovada. **5. Encerramento.** O presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, sendo que ninguém de manifestou. A ata foi lida, aprovada e lavrada em livro próprio pelos acionistas presentes. a.a. Mesa: Paulo Roberto de Souza, presidente, e Julio Alvarez Boada, secretário. Acionistas: Copersucar S/A e Copersucar Armazéns Gerais S/A. Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 20/12/2017. **Paulo Roberto de Souza** – Presidente; **Julio Alvarez Boada** – Secretário. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º.** A companhia tem a denominação de "TCE Participações S.A." ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem como objeto: (i) a participação societária em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; e, (ii) a locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador. **Artigo 3º.** A Companhia tem foro e sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 287, 1º andar, sala 10, Bela Vista, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia iniciará suas atividades em 30/06/2017, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 78.226.969,77, dividido em 101.695.062 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. **§ 2º.** A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 3º.** A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§ 4º – Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º.** A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§ 6º.** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **§ Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º.** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 03 Diretores, sendo um Diretor Presidente e 02 Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleitos. **§ 1º.** O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§ 2º.** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º.** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. **§ 4º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. **§ 5º.** Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. **§ 6º.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua

gestão. **Artigo 10.** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º.** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. **§ 2º.** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, inscrita pelo Diretor – Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§ 3º.** A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. **§ 4º.** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **§ 5º.** As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11.** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 12.** A Companhia será representada e validamente se obrigará mediante assinatura conjunta de, no menos, 02 Diretores, que poderão assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, inclusive, constituir procuradores em nome da Companhia, definindo no respectivo instrumento de mandato os poderes conferidos e o prazo de vigência, exceto aquelas para fins judiciais, que não contera prazo. **§ Único.** Compete aos Diretores isoladamente, ou a procurador por eles nomeado, a representação da Companhia, em Juízo ou fora dele, perante a União Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios, órgãos públicos e todas as demais pessoas jurídicas de direito público. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§ 2º – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14.** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 15.** O exercício social compreende o período de 1º de abril a 31 de março de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente, podendo ser levantados balanços a qualquer tempo. **Artigo 16.** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, o saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **§ Único – O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 17.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. **§ 2º.** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§ 3º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 19.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º.** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º.** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 20/12/2017. **Paulo Roberto de Souza** – Presidente; **Julio Alvarez Boada** – Secretário. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 248/18-6 em 02/01/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

